



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

009. PROVA OBJETIVA

ASSESSOR LEGISLATIVO CONTÁBIL E FINANCEIRO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de **01** a **05**:

Um retorno necessário na estrada da vida

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é o retorno necessário para que rumos possam ser alterados na estrada da vida de milhões de jovens, adultos e idosos brasileiros. Os dados divulgados por órgãos oficiais revelam o tamanho do desafio que ainda enfrentamos em relação à não escolarização dessa população no Brasil. O conjunto compreendido pelas 9,3 milhões de pessoas com 15 anos ou mais que são analfabetas e os 70 milhões de jovens, adultos e idosos trabalhadores com 18 anos ou mais que não concluíram a educação básica conforma a demanda potencial pela EJA.

É um contingente desafiador que representa quase sete vezes a população total hoje de Portugal, país do qual fomos colônia por mais de três séculos e de quem herdamos, entre outras mazelas, um descaso pela garantia do acesso à escola para todas as pessoas. O analfabetismo e a baixa escolaridade da população jovem, adulta e idosa ainda marcam a história deste país, que, tendo proclamado a República em 1889, não tornou ainda republicana a garantia de direitos fundamentais, como o acesso à educação às pessoas pobres, pretas e periféricas.

Entre as 122.469 escolas que ofertam educação básica, apenas 30.188 (24,6%) ofertam a modalidade EJA. A reduzida disponibilidade é justificada por gestores pela ausência de demanda, supostamente evidenciada pela queda do número de matrículas. As matrículas dessa modalidade no Ensino Fundamental caíram de 2,1 milhões em 2018 para 1,6 milhão em 2023, enquanto a EJA no Ensino Médio caiu de 1,4 milhão para 1 milhão no mesmo período. Essas matrículas são, em grande parte, de pessoas pretas e pardas (74%), e, especialmente na EJA no Ensino Fundamental, há número considerável de matrículas na zona rural (36%).

Em sua imensa maioria, os 70 milhões de brasileiros sem educação básica são trabalhadores estudantes que precisam da EJA e, por características muito próprias a essa condição, não podem frequentar tempos e espaços educacionais, nem mesmo estar submetidos a propostas pedagógicas projetadas, exclusivamente, para a realidade de crianças e adolescentes. Insistir na imposição de um modelo de escola e de currículo que não dialoga com a realidade das pessoas é também parte das razões para a redução das matrículas nessa modalidade.

(Maria Margarida Machado, "Um retorno necessário na estrada da vida", Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: <https://diplomatiq.org.br/eja-um-retorno-necessario-na-estrada-da-vida/>. Adaptado)

01. Com base no texto, é correto afirmar que uma das causas da redução das matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é

- (A) a consolidação de um modelo de ensino pensado para crianças e adolescentes, que ignora as necessidades específicas dos trabalhadores estudantes.
- (B) a dificuldade de identificar corretamente o público-alvo da EJA, por falta de dados atualizados dos Estados sobre o analfabetismo.
- (C) a resistência das redes de ensino em manter turmas noturnas com poucos alunos, o que reduz o interesse da população em concluir o ensino básico.
- (D) a diminuição, ocorrida nas últimas décadas, no número de jovens, adultos e idosos analfabetos e que não concluíram o ensino básico.
- (E) o desinteresse crescente das populações rurais e periféricas, que priorizam o ingresso precoce no mercado de trabalho em detrimento da escolarização.

02. Ao fazer referência à história brasileira, a autora

- (A) reconhece que a herança colonial e escravocrata deixou marcas profundas na estrutura educacional brasileira, o que explica o baixo percentual de pessoas pretas e pardas entre os matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA).
- (B) sugere que o atraso educacional brasileiro decorre da falta de recursos financeiros advindos de um passado de exploração econômica do qual o país não se recuperou, mesmo com a Proclamação da República.
- (C) evidencia uma contradição histórica: embora o Brasil tenha adotado formalmente o regime republicano, não concretizou o ideal de igualdade de direitos, especialmente na educação pública.
- (D) afirma que a educação é tratada, desde o período colonial, como mero indicador de modernização administrativa do Estado, o qual não se compromete verdadeiramente com a diminuição do analfabetismo.
- (E) demonstra que o país, mesmo tendo se libertado da colonização, perpetuou práticas elitistas que impedem o acesso da maioria da população à educação.

03. Assinale a alternativa em que a palavra destacada foi empregada em sentido figurado no texto.

- (A) "A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é o retorno necessário para que **rumos** possam ser alterados..." (1º parágrafo)
- (B) "Os dados divulgados por órgãos oficiais revelam o tamanho do **desafio** que ainda enfrentamos..." (1º parágrafo)
- (C) "... tendo **proclamado** a República em 1889, não tornou ainda republicana a garantia de direitos fundamentais..." (2º parágrafo)
- (D) "A reduzida disponibilidade é justificada por gestores pela ausência de **demand**a, supostamente evidenciada..." (3º parágrafo)
- (E) "... especialmente na EJA no Ensino Fundamental, há número considerável de matrículas na zona **rural** (36%)." (3º parágrafo)

04. Considere as frases a seguir:

- "... Portugal, país do qual fomos colônia **por** mais de três séculos..." (2º parágrafo)
- "A reduzida disponibilidade é justificada **por** gestores pela ausência de demanda..." (3º parágrafo)
- "... trabalhadores estudantes que precisam da EJA e, **por** características muito próprias a essa condição..." (4º parágrafo)

É correto afirmar que as palavras destacadas expressam, respectivamente, sentido de

- (A) duração, causa e meio.
- (B) causa, agente e meio.
- (C) meio, causa e causa.
- (D) duração, agente e causa.
- (E) meio, meio e agente.

05. Assinale a alternativa em que o trecho foi reescrito em conformidade com a norma-padrão de concordância.

- (A) Ficam revelados, por meio de dados divulgados por órgãos oficiais, o tamanho do desafio que ainda enfrentamos em relação à não escolarização... (1º parágrafo)
- (B) Trata-se de quase sete vezes a população total hoje de Portugal, país do qual fomos colônia por mais de três séculos e de quem herdamos... (2º parágrafo)
- (C) Essas matrículas são, em grande parte, de pessoas pretas e pardas (74%), e, especialmente na EJA no Ensino Fundamental, é considerável as matrículas na zona rural (36%). (3º parágrafo)
- (D) Existe quase 70 milhões de brasileiros sem educação básica que são trabalhadores estudantes e que precisam da EJA... (4º parágrafo)
- (E) A insistência na imposição de um modelo de escola e de currículo que não dialoga com a realidade das pessoas são as razões para a redução das matrículas... (4º parágrafo)

Leia o texto a seguir para responder às questões de 06 a 10:

Cor-de-Rosa

O vizinho mandou pintar de cor-de-rosa sua casa, e de azul-claro o beiral das janelas. Esta providência dá margem a algumas divagações que aqui se transmitem ao leitor, nosso companheiro. O ato do vizinho é muito mais importante do que lhe parece a ele. Afirma um sentimento de confiança na civilização mediterrânea, e o propósito de contribuir para que todos nós, residentes ou transeuntes, recuperemos um pouco da beatitude perdida.

De uns anos para cá as ruas passaram a ser percorridas por elementos suspeitos, que, avaliando em metros quadrados aéreos os terrenos onde se erguem as habitações humanas, logo procuram seus proprietários e lhes propõem botar aquilo no chão. A aquiescência imediata dos interpela-

dos revela estranha propensão ao suicídio, praticado através da destruição de algo fundamental como é a casa em que vivemos.

Mas o vizinho reagiu contra essa psicose grupal, e dali sorriem pintadas de rosa as paredes de sua casa. Vale dizer que ele não atendeu o telefone, quando o chamaram para consultá-lo vagamente sobre a hipótese da derrubada, que não compareceu ao escritório onde peritos blandiciosos o convenceriam da inconveniência de morar à maneira antiga, metendo em brios o seu amor-próprio, pois se todo mundo desistiu de tal maneira, por que só ele continua teimando? Ou compareceu, foi amaciado, reagiu, tornaram a amaciá-lo, esteve a ponto de ceder, a vista se lhe turvou qual plúmbeo véu, eram tantos milhões de cruzeiros, mas cobrou ânimo e reagiu outra vez, o senhor é louco, não vê que a valorização naquela zona o proíbe de continuar a deter o surto imobiliário, isso é um crime, o senhor está perdendo dez mil cruzeiros por semana, onde é que anda o amor que devota a seus filhos, e o gabarito, e a vaga na garagem, e o fabuloso jardim de inverno, e o vizinho vai capitular, não, ainda, não; passa-lhe pela mente o frontispício cor-de-rosa, com elementos azuis, de uma antiga mansão onde a vida era feliz, ou pelo menos ficou sendo naquele tempo; depois que considerou bem, o vizinho enxuga o suor da testa, grita NÃÃÃO, e sai e chama o pintor e lhe ordena: pinte tudo cor-de-rosa, com os beirais e as janelas de azul de mês de Maria, quero minha casa bem bonita, como bonito era o sobradão de 1800 e tantos onde meu bisavô nasceu, e quero ver, mas quero ver quem derruba minha casinha!

(Carlos Drummond de Andrade, "Cor-de-Rosa", Disponível em: <https://cronicabrasileira.org.br/cronicas/17455/cor-de-rosa>. Adaptado)

06. Na crônica, o ato do vizinho de pintar a casa de cor-de-rosa e os beirais de azul-claro é descrito como

- (A) uma tentativa de preservar a aparência agradável da residência, adequando-a aos padrões de modernização urbana sem, contudo, abrir mão de certa identidade pessoal.
- (B) uma adesão parcial e inconsciente ao discurso da especulação imobiliária, que transforma o espaço doméstico em mercadoria, ainda que o vizinho não perceba o caráter simbólico de sua decisão.
- (C) um desejo de destacar-se socialmente em relação aos demais moradores, adotando cores que expressem sua individualidade e sua resistência aos especuladores imobiliários.
- (D) uma aceitação da força avassaladora do progresso, pois o gesto de pintar a casa com cores antiestéticas revela a sensação de impotência pelas transformações urbanas inevitáveis.
- (E) um inconformismo diante do avanço da lógica destrutiva do mercado, o que dá ensejo a um ato de resistência simbólica e de afeto pela casa.

07. A partir da leitura da crônica, é correto afirmar que o narrador expressa sua perplexidade ao tratar

- (A) da escolha das cores cor-de-rosa e azul-claro, ironizando o sentimentalismo de um vizinho incapaz de aceitar a realidade econômica moderna.
- (B) da contradição entre o discurso do vizinho, que defende a preservação das casas antigas, e sua admiração velada pela força transformadora do mercado imobiliário.
- (C) da apresentação caricatural do vizinho, descrito como um sujeito excêntrico e anacrônico, cuja resistência é tratada com condescendência benevolente.
- (D) do contraste entre o tom exaltado do vizinho e a ineficácia prática de seu ato, entendido como fracasso na luta contra a especulação imobiliária urbana.
- (E) da aparente simplicidade do gesto do vizinho e seu valor simbólico, expondo a inversão de valores de uma sociedade que vê na demolição um sinal de progresso.

08. Assinale a alternativa em que o acréscimo de uma vírgula a trecho do texto preserva o sentido original e está de acordo com a norma-padrão de emprego desse sinal de pontuação.

- (A) Esta providência, dá margem a algumas divagações que aqui se transmitem ao leitor, nosso companheiro. (1º parágrafo)
- (B) De uns anos para cá, as ruas passaram a ser percorridas por elementos suspeitos... (2º parágrafo)
- (C) A aquiescência imediata dos interpelados, revela estranha propensão ao suicídio... (2º parágrafo)
- (D) Mas o vizinho reagiu contra essa psicose grupal, e dali sorriem pintadas de rosa, as paredes de sua casa. (3º parágrafo)
- (E) ... que não compareceu ao escritório onde peritos blandícios o convenceriam, da inconveniência de morar à maneira antiga... (3º parágrafo)

09. Considere o trecho a seguir:

- “A **aquiescência** imediata dos **interpelados** revela estranha **propensão** ao suicídio, praticado através da destruição de algo fundamental como é a casa em que vivemos.” (2º parágrafo)

É correto afirmar que as palavras destacadas podem ser substituídas, respectivamente e sem prejuízo de sentido original, por:

- (A) anuência ... questionadores ... tendência
- (B) recusa ... consultados ... inclinação
- (C) concordância ... indagados ... inclinação
- (D) hesitação ... intimidados ... disposição
- (E) divergência ... convidados ... oposição

10. Assinale a alternativa em que o trecho foi reescrito em conformidade com a norma-padrão de regência e emprego do acento indicativo de crase.

- (A) Esta providência suscita às divagações que aqui se transmitem ao leitor, nosso companheiro. (1º parágrafo)
- (B) ... o propósito de trazer contribuições à todos nós, residentes ou transeuntes, para que recuperemos um pouco da beatitude... (1º parágrafo)
- (C) Mas o vizinho reagiu à essa psicose grupal, e dali sorriem pintadas de rosa as paredes de sua casa. (3º parágrafo)
- (D) Vale dizer que ele não atendeu o telefone, quando o chamaram para consultá-lo vagamente à respeito da hipótese da derrubada... (3º parágrafo)
- (E) ... vem-lhe à mente o frontispício cor-de-rosa, com elementos azuis, de uma antiga mansão... (3º parágrafo)

11. Considere que uma pessoa gastou a quarta parte do que tinha. Em seguida, gastou a quarta parte do que havia restado. Em sequência, do que havia restado após o último gasto, novamente gastou a quarta parte.

É correto afirmar que, ao final, sobrou uma porcentagem entre

- (A) 35% e 40% do que essa pessoa tinha inicialmente.
 - (B) 40% e 45% do que essa pessoa tinha inicialmente.
 - (C) 45% e 50% do que essa pessoa tinha inicialmente.
 - (D) 50% e 55% do que essa pessoa tinha inicialmente.
 - (E) 55% e 60% do que essa pessoa tinha inicialmente.
12. Em uma metalúrgica, há duas máquinas que produzem parafusos, em etapas, com as seguintes peculiaridades:

- Uma produz 6 parafusos a cada 6 minutos e automaticamente embala esses 6 parafusos em um saco plástico.
- A outra produz 9 parafusos a cada 9 minutos e automaticamente embala esses 9 parafusos em um saco plástico.
- Quando as duas máquinas encerram suas etapas ao mesmo tempo, há um mecanismo que embala os 15 parafusos, produzidos pelas duas máquinas, em um mesmo saco plástico.

Em certo dia, as duas máquinas foram acionadas ao mesmo tempo e trabalharam ininterruptamente por 216 minutos. Nesse período, a quantidade de parafusos embalados em sacos de 6 e de 9 supera a quantidade embalada em sacos de 15 parafusos em

- (A) 64.
 - (B) 72.
 - (C) 78.
 - (D) 84.
 - (E) 90.
13. Em um depósito de madeira, foram encontradas várias ripas de mesma largura e espessura, mas com comprimentos diferentes. Havia, ao todo, 15 ripas, com os seguintes comprimentos: 6 ripas com 4 m, 5 ripas com 3,6 m e 4 ripas com 2,8 m. O dono do depósito resolveu cortar todas as ripas em partes do mesmo tamanho e com o maior comprimento possível, de modo a não sobrar qualquer pedaço que não fosse do comprimento estipulado.
- Cortadas as 15 ripas dessa maneira, quantos pedaços foram obtidos?
- (A) 133
 - (B) 128
 - (C) 125
 - (D) 116
 - (E) 109

14. Em uma fábrica, o número de funcionárias mulheres é 60% menor do que o número de funcionários homens. Tentando deixar essa relação mais equilibrada, a administração da fábrica demitiu 20% dos funcionários homens e contratou mulheres, em um número equivalente a 50% do número das funcionárias que já trabalhavam lá.

Com essas alterações, o número de funcionárias mulheres passou a ser

- (A) 15% menor do que o número de funcionários homens.
 - (B) 20% menor do que o número de funcionários homens.
 - (C) 25% menor do que o número de funcionários homens.
 - (D) 30% menor do que o número de funcionários homens.
 - (E) 35% menor do que o número de funcionários homens.
15. Uma herança de R\$ 175.000,00 vai ser dividida entre dois irmãos de forma diretamente proporcional ao número de filhos de cada um deles. Rodrigo tem três filhos, e Bruna, sua irmã, tem dois filhos. Outra exigência é que cada um deles divida o que recebeu com os filhos de forma diretamente proporcional à idade de cada um deles. As idades dos filhos de Rodrigo são: 15, 12 e 8 anos, e as dos filhos de Bruna são: 9 e 5 anos.

A diferença, em valor absoluto, entre o que receberá o filho mais novo de Rodrigo e o filho mais novo de Bruna é de R\$

- (A) 500,00.
 - (B) 1.000,00.
 - (C) 1.500,00.
 - (D) 2.000,00.
 - (E) 2.500,00.
16. Cinco amigas têm, no total, a quantia de R\$ 1.265,00. Marina tem exatamente a metade do que Cláudia. Luzia tem 600 reais a menos do que o triplo da quantia de Cláudia, e Rosilene tem $\frac{2}{3}$ do que Luzia tem. Teresa tem mil reais menos a quantia que Cláudia tem.

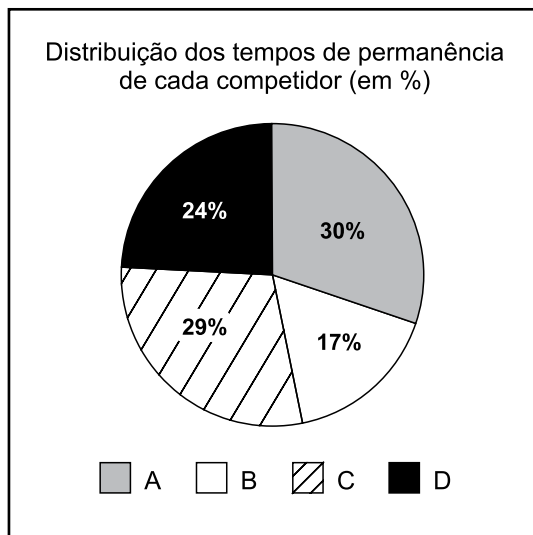
A soma das quantias de quem mais tem e de quem menos tem é igual a R\$

- (A) 830,00.
- (B) 810,00.
- (C) 800,00.
- (D) 790,00.
- (E) 780,00.

17. O produto entre um número inteiro positivo N e o seu sucessor, somado com o produto entre o dobro de N e seu sucessor, é igual a 198.

O algarismo das unidades do número que é o triplo de N é o

- (A) 1.
(B) 2.
(C) 5.
(D) 8.
(E) 9.
18. Em uma competição de resistência, a equipe vencedora, composta de quatro competidores, permaneceu competindo em um tempo total de 6 horas e 48 minutos, com os respectivos tempos de permanência de cada competidor da equipe discriminados no gráfico a seguir:



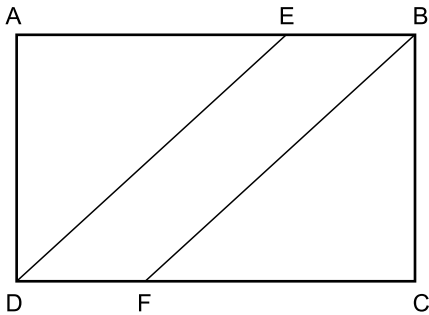
Com base nesses dados, é correto afirmar que o tempo do competidor A foi de

- (A) 1 hora, 52 minutos e 28 segundos.
(B) 1 hora, 53 minutos e 6 segundos.
(C) 1 hora, 58 minutos e 18 segundos.
(D) 2 horas, 2 minutos e 24 segundos.
(E) 2 horas, 4 minutos e 36 segundos.

19. Um taxista preencheu $\frac{1}{4}$ do volume do tanque pagando R\$ 5,40 o litro de gasolina, $\frac{1}{3}$ do volume do tanque a R\$ 5,20 o litro de gasolina e completou o tanque com o preço da gasolina a R\$ 5,10 o litro.

Considerando, para efeitos de cálculo, que o tanque estava originalmente vazio, é correto afirmar que o preço médio por litro de gasolina pago por esse taxista foi mais próximo de R\$

- (A) 5,25.
(B) 5,23.
(C) 5,21.
(D) 5,19.
(E) 5,17.
20. A figura a seguir (fora de escala), na qual o quadrilátero ABCD é um retângulo e o quadrilátero BFDE é um paralelogramo, representa o projeto inicial do logotipo de uma empresa:



Qual é a razão entre a área do paralelogramo BFDE e a soma das áreas dos dois triângulos AED e BCF?

Dados: $AE = 15$ cm; $DF = 12$ cm; perímetro do paralelogramo BFDE = 58 cm.

- (A) $\frac{1}{3}$
(B) $\frac{3}{5}$
(C) $\frac{2}{3}$
(D) $\frac{4}{5}$
(E) $\frac{5}{6}$

21. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes, a proposição destinada a regular matéria político-administrativa da Câmara de sua competência exclusiva é denominada de projeto de

- (A) decreto legislativo e independe de sanção do prefeito.
- (B) resolução e depende de sanção do prefeito.
- (C) decreto legislativo, aprovado em um só turno de votação, e depende de sanção do prefeito.
- (D) resolução, aprovado pelo Plenário e promulgado pelo presidente da Câmara.
- (E) resolução, aprovado em dois turnos de votação, e independe de sanção do prefeito.

22. Laura é servidora pública do município de Mogi das Cruzes, recentemente aprovada em concurso público, tendo entrado em exercício no dia 15 de janeiro de 2024. Em decorrência da sua eficiência no trabalho, ela foi convidada para exercer um cargo de provimento em comissão, o que se deu a partir do dia 15 de janeiro de 2025.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Complementar nº 82, de 7 de janeiro de 2011, é correto afirmar:

- (A) Laura não poderia ter aceitado exercer um cargo de provimento em comissão, pois esse tipo de cargo é destinado exclusivamente para os indivíduos que não fazem parte do quadro da Administração Pública.
- (B) o período em que Laura estiver exercendo o cargo de provimento em comissão será considerado como tempo de efetivo exercício para fins da contagem do prazo de 03 (três) anos do estágio probatório.
- (C) após entrar em exercício no serviço público, Laura só terá o período de estágio probatório suspenso se entrar em gozo de licença para tratamento de saúde ou para atividade política, devendo o período do exercício do cargo em comissão ser contado para todos os fins legais, inclusive para promoção por antiguidade.
- (D) admite-se que Laura passe a exercer o cargo em comissão, mas, para isso, deverá afastar-se do cargo de provimento efetivo, uma vez que são inacumuláveis, sendo interrompido o prazo do estágio probatório no primeiro dia do exercício do cargo em comissão.
- (E) pelo menos 06 (seis) meses antes de finalizado o período de estágio probatório de Laura, será submetida a homologação da autoridade competente a avaliação do desempenho da servidora, mas, em decorrência do exercício do cargo de provimento em comissão, presume-se que ela está apta para adquirir a estabilidade.

23. Letícia é servidora pública do município de Mogi das Cruzes desde 1º de janeiro de 2021. Em janeiro de 2025, após processo administrativo disciplinar, no qual foram garantidos o contraditório e a ampla defesa, ela foi penalizada com suspensão. Como está se aproximando o fim do período para ter direito à progressão horizontal, ela se dirigiu até o setor responsável para obter mais informações.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Complementar nº 83, de 7 de janeiro de 2011, é correto afirmar:

- (A) para ter direito à progressão horizontal, Letícia deverá apresentar requerimento, devidamente instruído, com a apresentação do respectivo certificado, nos prazos especificados em regulamento, desde que após 01 (um) ano da penalidade de suspensão.
- (B) como ela foi penalizada com suspensão, e não com multa, em processo administrativo disciplinar, não há qualquer implicação na progressão horizontal, devendo esta ocorrer se ela obtiver, pelo menos, nota 8 (oito) na avaliação de desempenho.
- (C) a progressão horizontal de Letícia depende da obtenção de, pelo menos, nota 7 (sete) em processo de avaliação de desempenho, o qual contemplará a análise de sua assiduidade, postura profissional e privada, responsabilidade e economia de recursos, além de outros aspectos.
- (D) a progressão horizontal de Letícia depende da apresentação de pelo menos dois certificados de conclusão de cursos relacionados com suas atribuições, com a expressa indicação das horas concluídas, bem como o intervalo de 06 (seis) meses da data em que finalizada a penalidade de suspensão.
- (E) Letícia não terá direito à evolução funcional, uma vez que sofreu penalidade de suspensão, por processo administrativo disciplinar, no período aquisitivo da evolução funcional.

24. Marcela é servidora pública do município de Mogi das Cruzes e, por não dar importância para esse tipo de programa, negou-se a participar de programa de treinamento exigido de todos os servidores da mesma situação funcional.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Complementar nº 198, de 22 de agosto de 2025, é correto afirmar que Marcela cometeu uma infração disciplinar

- (A) leve e está sujeita à sanção de advertência, por meio da qual se reprova, por escrito, a conduta da servidora.
- (B) média do grupo I e está sujeita à sanção de suspensão, até que participe do programa de treinamento.
- (C) média do grupo II e está sujeita à multa de até um salário mínimo.
- (D) leve e está sujeita à sanção de suspensão, até que participe do programa de treinamento.
- (E) grave e está sujeita à multa de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e advertência verbal, por meio da qual se reprova a conduta da servidora.

25. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei Complementar nº 198, de 22 de agosto de 2025.

- (A) A pena de destituição de função de confiança implica a impossibilidade de ser investido em função dessa natureza durante o período de 08 (oito) anos, a contar do ato de punição.
- (B) A advertência tem seu registro cancelado, após o decurso de 02 (dois) anos de efetivo exercício, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.
- (C) O acusado, no processo administrativo disciplinar, defende-se contra a imputação de fatos ilícitos, podendo a autoridade administrativa adotar capitulação legal diversa da que lhes deu a comissão processante, sem que implique cerceamento de defesa.
- (D) O comparecimento espontâneo do acusado em ato processual não supre os vícios formais relativos à comunicação de sua realização, em face do formalismo procedimental.
- (E) A simples alegação de injustiça da penalidade constitui fundamento idôneo para o pedido de revisão do processo administrativo disciplinar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. Observe o balanço patrimonial da Cia. Z em 31/12/X0:

Balanço Patrimonial	
Aplicações Financeiras	45.000
Caixa e Equivalentes de Caixa	20.000
Clientes	150.000
Estoques	80.000
Imóveis	35.000
Máquinas e Equipamentos	120.000
Ativo Total	450.000

Cia. Z	31/12/X0
Adiantamentos de Clientes	80.000
Capital Social	120.000
Empréstimos Bancários	55.000
Fornecedores	30.000
Reservas de Lucros	105.000
Tributos a pagar	60.000
Passivo + Patrimônio Líquido	450.000

Com base nas informações, pode-se afirmar que seu Patrimônio Líquido em 31/12/X0 é de

- (A) \$ 105.000.
- (B) \$ 120.000.
- (C) \$ 225.000.
- (D) \$ 255.000.
- (E) \$ 305.000.

27. O Sistema de Pagamentos Brasileiro é composto por dois segmentos: Infraestruturas do Mercado Financeiro (IMF) e Arranjos de Pagamento. Participa(m) como entidade(s) normativa(s) de ambos os segmentos:

- (A) apenas o Conselho Monetário Nacional (CMN).
- (B) apenas o Banco Central do Brasil (BC).
- (C) o Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Comissão de Valores Monetários (CVM).
- (D) o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (BC).
- (E) o Banco Central do Brasil (BC) e a Comissão de Valores Monetários (CVM).

28. Uma das regras mais importantes da contabilidade estabelece que não se pode confundir a pessoa jurídica para a qual se executa a contabilidade com seus sócios pessoas físicas, de modo que as operações registradas na contabilidade da pessoa jurídica digam respeito exclusivamente a ela. Trata-se do princípio contábil da

- (A) Identidade.
- (B) Continuidade.
- (C) Perpetuidade.
- (D) Materialidade.
- (E) Entidade.

29. Observe a seguir os balanços patrimoniais sintéticos da Comercial Sorrento, em 31/12/X0 e 31/12/X1, e da demonstração de resultados sintética de X1 que seguem:

Ativo	31/12/X0	31/12/X1	Passivo + Patrimônio Líquido	31/12/X0	31/12/X1
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.000	8.000	Fornecedores	7.000	5.000
Clientes Líquido	19.000	11.000	Despesas a pagar	3.000	6.000
Estoques	12.000	5.000	Empréstimos Bancários	36.000	20.000
Ativo Circulante	34.000	24.000	Passivo Circulante	46.000	31.000
Imobilizado	30.000	40.000	Capital	15.000	15.000
Intangível	5.000	8.000	Reservas	8.000	26.000
Ativo Não Circulante	35.000	48.000	Patrimônio Líquido	23.000	41.000
Ativo Total	69.000	72.000	Total Passivo + Patrimônio Líquido	69.000	72.000

Demonstração de Resultados					Ano X1
Receita Líquida de Vendas					92.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas					62.000
(=) Lucro Bruto					30.000
(-) Despesas do ano de X1					12.000
(=) Lucro Líquido					18.000

Os respectivos valores de recebimentos de vendas, pagamentos de compras e pagamentos de despesas no ano de X1 serão, em reais, de

- (A) 84.000; 55.000 e 12.000.
- (B) 100.000; 57.000 e 9.000.
- (C) 92.000; 62.000 e 12.000.
- (D) 92.000; 55.000 e 9.000.
- (E) 100.000; 62.000 e 9.000.

30. A regra contábil que, embora não proíba, determina que, se houver mudança de métodos contábeis, haja comunicação e adequada explicação dos seus efeitos em notas explicativas para que não seja prejudicada a comparação das avaliações quantitativas de um período para outro denomina-se

- (A) consistência.
- (B) conservadorismo.
- (C) continuidade.
- (D) prudência.
- (E) relevância.

31. Um investidor do mercado financeiro com perfil conservador tende a preferir aplicar seus recursos em
- (A) ações de alta liquidez.
 (B) ações de baixa liquidez.
 (C) CDB, independentemente do seu emissor.
 (D) debêntures.
 (E) títulos públicos.
32. O lançamento contábil a ser realizado em 31/12/X1, para tratar da destinação do lucro líquido da Cia. W no ano X1, no valor de \$ 500.000,00 – sendo 20% para Reserva Legal, 30% para Reserva para Expansão e 50% para dividendos a serem recebidos pelos acionistas após a homologação da Assembleia de 30/03/X2 – corresponde ao lançamento a Débito (D) e Crédito (C) das contas:
- (A) Lucro do Exercício (D) 500.000
 a diversos 500.000
 a Reserva Legal (C) 100.000
 a Reserva para Expansão (C) 150.000
 a Caixa (C) 250.000
- (B) Lucro do Exercício (D) 500.000
 a diversos 500.000
 a Reserva Legal (C) 100.000
 a Reserva para Expansão (C) 150.000
 a Dividendos a Pagar (C) 250.000
- (C) Lucro do Exercício (D) 500.000
 a diversos 500.000
 a Reserva Legal (C) 100.000
 a Reserva para Expansão (C) 150.000
 a Reserva de Dividendos (C) 250.000
- (D) Diversos 500.000
 Reserva Legal (D) 100.000
 Reserva para Expansão (D) 150.000
 Reserva de Dividendos (D) 250.000
 a Lucro do Exercício (C) 500.000
- (E) Diversos 500.000
 Reserva Legal (D) 100.000
 Reserva para Expansão (D) 150.000
 Dividendos a pagar (D) 250.000
 a Lucro do Exercício (C) 500.000
33. Um capital de R\$ 100.000,00, aplicado a juros simples de 4% ao mês por 5 meses, resultará em juros totais e montantes respectivos de
- (A) R\$ 10.000,00 e R\$ 110.000,00.
 (B) R\$ 12.000,00 e R\$ 112.000,00.
 (C) R\$ 12.000,00 e R\$ 116.000,00.
 (D) R\$ 16.000,00 e R\$ 116.000,00.
 (E) R\$ 20.000,00 e R\$ 120.000,00.

- 34.** Uma aplicação de R\$ 100.000,00 feita a juros de 8% por 4 meses ou a juros de 4% por 8 meses resulta no mesmo valor de juros
- (A) totais e valor de resgate na capitalização simples e na composta.
 - (B) totais e valor de resgate apenas na capitalização composta.
 - (C) totais e valor de resgate apenas na capitalização simples.
 - (D) apenas do primeiro mês na capitalização composta.
 - (E) apenas do primeiro mês na capitalização simples.
- 35.** É uma melhor estratégia para acelerar o fluxo de caixa de uma empresa
- (A) a redução dos prazos de renovação de estoques e recebimento de vendas, com aumento do prazo de pagamento de compras.
 - (B) a redução do prazo de renovação de estoques, manutenção do recebimento de vendas, com aumento do prazo de pagamento de compras.
 - (C) a manutenção dos prazos de renovação de estoques e recebimento de vendas, com aumento do prazo de pagamento de compras.
 - (D) a redução dos prazos de renovação de estoques, recebimento de vendas e pagamento de compras.
 - (E) o aumento dos prazos de renovação de estoques e recebimento de vendas, com a redução do prazo de pagamento de compras.
- 36.** Na área pública, o ato de a autoridade competente comprometer uma dotação orçamentária para fazer frente a uma determinada despesa, de modo a assegurar os recursos a ela vinculados, intitula-se
- (A) garantia.
 - (B) empenho.
 - (C) homologação.
 - (D) assecuração.
 - (E) especificação.
- 37.** Empréstimos Bancários distinguem-se de Financiamentos porque
- (A) os empréstimos bancários são concedidos apenas para prazos de até um ano, enquanto os financiamentos têm prazos superiores a um ano.
 - (B) nos empréstimos bancários somente se permite a cobrança de juros com taxas pré-fixadas, enquanto que os financiamentos são negociados somente com taxas pós-fixadas.
 - (C) os empréstimos bancários devem ser devolvidos às instituições financeiras em uma única parcela, ao passo que financiamentos são amortizados através de parcelas mensais e sucessivas.
 - (D) nos empréstimos bancários não há determinação da finalidade para a qual foram concedidos, enquanto que os financiamentos estão vinculados a um bem ou propósito específico.
 - (E) os empréstimos bancários são concedidos apenas por instituições financeiras privadas, ao contrário dos financiamentos, cuja concessão é exclusividade de instituições financeiras públicas.
- 38.** Atualmente, podem ser utilizados(as) como garantias de empréstimos bancários com garantia
- (A) apenas veículos quitados e imóveis quitados.
 - (B) apenas veículos, quitados ou não, e imóveis, quitados ou não.
 - (C) veículos quitados, imóveis somente quitados e aplicações no Tesouro Direto.
 - (D) veículos quitados ou não, imóveis somente quitados e aplicações no Tesouro Direto.
 - (E) veículos quitados, imóveis, quitados ou não, e aplicações no Tesouro Direto.
- 39.** A aquisição de um veículo no valor de R\$ 150.000,00 em 36 parcelas mensais de R\$ 5.400,00 com alienação fiduciária é caracterizada como
- (A) financiamento sem garantia.
 - (B) empréstimo sem garantia.
 - (C) financiamento com garantia.
 - (D) empréstimo com garantia.
 - (E) empréstimo consignado.
- 40.** O órgão da mais elevada hierarquia do Sistema Financeiro Nacional, encarregado da formulação da política monetária nacional e da regulamentação das diretrizes de todo o sistema financeiro nacional entre suas principais atribuições, é o
- (A) Banco Central.
 - (B) Conselho Monetário Nacional (CMN).
 - (C) Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
 - (D) Ministério da Fazenda.
 - (E) Ministério do Planejamento.

41. As receitas e despesas devem constar da lei de orçamento pelos seus totais, sendo proibidas quaisquer deduções. Essa vedação reflete o princípio orçamentário

- (A) da Não afetação.
- (B) da Totalidade.
- (C) do Orçamento Bruto.
- (D) da Uniformidade.
- (E) da Economicidade.

42. Um município paulista previu, na Lei Orçamentária Anual (LOA), R\$ 10 milhões para compra de ônibus escolares. Contudo, esse valor mostrou-se insuficiente para a composição da frota naquele ano, assim, um crédito adicional de R\$ 1 milhão foi aberto para reforçar essa dotação orçamentária.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, esse crédito é classificado como

- (A) suplementar, devendo ser aberto por decreto executivo e autorizado por lei.
- (B) especial, devendo ser aberto por decreto do Poder Executivo, que dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.
- (C) extraordinário, devendo ser aberto por decreto do Poder Executivo, que dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.
- (D) suplementar, devendo ser aberto por decreto do Poder Executivo, que dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.
- (E) especial, devendo ser aberto por decreto executivo e autorizado por lei.

43. Um dos órgãos da administração presta serviços em um imóvel de dois andares. Com as fortes chuvas de verão, houve o desgaste natural das calhas, sendo necessária verba para as obras de conservação do imóvel.

À luz das classificações constantes na Lei nº 4.320/1964, esse valor categoriza-se como uma despesa de

- (A) transferência corrente.
- (B) investimento.
- (C) inversão financeira.
- (D) custeio.
- (E) transferência de capital.

44. O orçamento público apresenta algumas funções clássicas. Uma delas retrata a atuação direta do Estado na produção e oferta de bens à sociedade, com vistas a operar de forma produtiva diante das denominadas falhas de mercado: competição imperfeita, presença de externalidades e de mercados incompletos, e outros distúrbios macroeconômicos.

Diante desse cenário, o orçamento público exerce sua função

- (A) distributiva.
- (B) estabilizadora.
- (C) incremental.
- (D) participativa.
- (E) alocativa.

45. Observe a seguinte assertiva:

_____ compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, e orientará a elaboração _____, dentre outras funções.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) O plano plurianual ... da lei de diretrizes orçamentárias
- (B) A lei de diretrizes orçamentárias ... da lei orçamentária anual
- (C) O plano plurianual ... da lei orçamentária anual
- (D) A lei orçamentária anual ... da lei de diretrizes orçamentárias
- (E) A lei de diretrizes orçamentárias ... do plano plurianual

46. Conforme Lei Complementar nº 123/2006, para que as microempresas ou empresas de pequeno porte possam ser enquadradas no sistema SIMPLES, são considerados limites estipulados com base na receita bruta, que é composta, além de outras receitas,

- (A) pelo produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria e pelas vendas canceladas.
- (B) pelo resultado nas operações em conta alheia e pelos descontos incondicionais concedidos.
- (C) pela receita da atividade ou objeto principal das microempresas ou das empresas de pequeno porte, e pelos descontos incondicionais concedidos.
- (D) pelo preço dos serviços prestados e pelas vendas canceladas.
- (E) pelo produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria e pelo resultado nas operações em conta alheia.

47. O SEMAE – Serviço Municipal de Águas e Esgotos de Mogi das Cruzes é uma entidade de serviço autônomo, criada por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram gestão administrativa e financeira descentralizada. Trata-se, portanto, de uma
- (A) empresa pública.
 - (B) secretaria municipal.
 - (C) sociedade de economia mista.
 - (D) autarquia.
 - (E) fundação pública.
48. A taxa é um tipo de tributo instituído do Sistema Tributário Nacional. Sobre essa espécie tributária, é correto afirmar que
- (A) seu fato gerador não pode coincidir com o de impostos, sendo limitado ao exercício regular do poder de polícia ou à utilização efetiva de serviço público indivisível.
 - (B) o serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
 - (C) pode ser cobrada somente pelos Estados, Distrito Federal ou Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições.
 - (D) é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.
 - (E) não pode ter base de cálculo própria de impostos, salvo se o produto da arrecadação seja diretamente direcionado ao exercício do poder de polícia.
49. José e Maria são casados em comunhão de bens e residem em um imóvel no município de Mogi das Cruzes juntamente com João, irmão de Maria. José é pedreiro, Maria não exerce atividade remunerada, pois sofre de uma moléstia grave, e João não possui emprego fixo. O trio discute pelos gastos com a casa, e João decide que não mais pagará pelo Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, como sempre fez.
- Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que
- (A) Maria não é responsável pelo pagamento do imposto, pois não possui capacidade contributiva.
 - (B) tanto José como Maria são responsáveis pelo pagamento do tributo, cada um por metade do valor, pois são casados em regime de comunhão de bens, não havendo responsabilidade para João.
 - (C) todos são responsáveis pelo pagamento do imposto, cada um por um terço do valor.
 - (D) todos são solidariamente responsáveis pelo pagamento do valor total do imposto.
 - (E) José é o responsável pelo pagamento do imposto, sendo que Maria tem obrigação subsidiariamente, não havendo responsabilidade para João.
50. O princípio da anterioridade estabelece quando iniciará a produção de efeitos de novo tributo ou a majoração de tributos que já existem, evitando que o contribuinte seja surpreendido com esse novo encargo. A respeito desse princípio, é correto afirmar que
- (A) se aplica apenas a anterioridade anual ao aumento da base de cálculo do Imposto sobre Propriedade Predial ou Territorial Urbana – IPTU.
 - (B) se aplica apenas a anterioridade nonagesimal ao aumento da alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.
 - (C) é aplicado apenas aos impostos, e não às taxas.
 - (D) é aplicado apenas a impostos e taxas, e não a contribuições.
 - (E) se aplica apenas a anterioridade anual ao aumento da alíquota do Imposto sobre Propriedade Predial ou Territorial Urbana – IPTU.

